

S
UFRJ/IEI
TD147
044105-8

Universidade Federal do Rio de Janeiro

INSTITUTO DE
ECONOMIA
INDUSTRIAL

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 147

O BRAÇO COMPRIDO DO CAPITALISMO:
OS COMERCIANTES DA FRONTEIRA
AGRÍCOLA BRASILEIRA

Anna Luiza Ozorio de Almeida

Dezembro/1987

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL

O BRAÇO COMPRIDO DO CAPITALISMO: OS COMERCIANTES
DA FRONTEIRA AGRÍCOLA BRASILEIRA*1

Anna Luiza Ozorio de Almeida**
Dezembro/1988



43 - 016404

*) Este texto é extraído do Capítulo II de A Dinâmica Econômica da Fronteira Agrícola Brasileira, Tese submetida para concurso para o cargo de Professor Titular ao Departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**) Diretora da FEA/UFRJ, membro do corpo docente do IEI/UFRJ.

FEA - UFRJ
BIBLIOTECA

Data: 07/07/88

N.º Registro: 044105-8

S
UFRJ/IEI
TD 147

MS 98465

FICHA CATALOGRÁFICA

Almeida, Anna Luiza Ozorio de.

O braço comprido do capitalismo; os comerciantes da fronteira agrícola brasileira / Anna Luiza Ozorio de Almeida. - Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1987.

43p.; 21cm. (IEI/UFRJ. Texto para discussão, 147)

Notas, p.22

Bibliografia, p.25

Inclui mapas

1. Agricultura - Amazônia. 2. Capitalismo - Brasil. 3. Comércio - Amazônia. 3. Agricultura - Brasil. I. Título. II. Série.

1 - INTRODUÇÃO

O interesse pela fronteira não se justifica pelo que ela contribui para a economia enquanto ela ainda é uma fronteira, mas pelo que ela proporciona depois que já deixou de sê-lo e pelo modo como se dá a sua progressiva inserção na economia de mercado. A ampliação da oferta agrícola da fronteira se dá com o passar do tempo, com a expansão da área plantada, com a fruição das culturas perenes, e com a intensificação técnica da produção. Ela depende da expansão espacial da indústria, que, no Brasil tem se dado pela descentralização: não da produção, mas do mercado. Apesar de as empresas continuarem concentradas no Centro-Sul, os seus produtos alcançam os pontos mais remotos do território nacional. Na fronteira eles alimentam a intensificação do componente industrial do consumo final e intermediário dos agricultores, que pagam por sua demanda industrial com a oferta de produtos agrícolas. Os mediadores destes dois fluxos de mercadorias são os comerciantes, ordenados em cadeias de intermediação que ligam diferentes partes do espaço nacional em áreas de influência econômica estruturadas.

Se bem que a produção agrícola de uma fronteira recente seja sempre uma percentagem pequena da oferta agrícola global, ela aumenta com o tempo. Segundo os censos econômicos e demográficos em 1980 a "fronteira recente" contribuía muito pouco para o emprego e a oferta agrícola - 6,1% da força de trabalho e 3,3% do valor da produção - níveis estes qua

sé iguais aos que tinha a "fronteira antiga", a qual, em 1980, já contribuía 13% do emprego e 11% da produção agrícola nacional⁽²⁾.

O processo de incorporação econômica da fronteira à economia nacional, portanto, toma tempo. Ele é importante por que o modo como se dá essa incorporação irá determinar a estrutura agrária de um vasto território e a distribuição de renda de um grande número de pessoas. Dez milhões buscaram a Amazônia na década de '70⁽³⁾. As oportunidades sociais que elas encontraram dependem de como se processou a transformação dos espaços virgens desbravados para áreas produtivas, articuladas ao capitalismo do Sul-Sudeste do País⁽⁴⁾. Ela é viabilizada pelo comércio, que também se transforma com o tempo e proporciona as condições em que a incorporação econômica da fronteira pode se efetivar.

Este trabalho examina o papel do comércio na fronteira brasileira durante a década de '70. Percebe-se que o grande esforço de construção das estradas no período⁽⁵⁾ conferiu maior acessibilidade ao Pará do que aos outros locais da fronteira, aumentando a concorrência comercial e reduzindo a margem de lucro, sobretudo no comércio de produtos agrícolas. Por outro lado, a elevada concentração dos mercados no Mato Grosso elevou a margem comercial em todos os ramos, sobretudo no de produtos agrícolas. A venda de produtos industrializados porém, é altamente rentável em toda a fronteira.

Se a rentabilidade dos negócios é elevada, as taxas de acumulação também o são. Estranhamente, porém, em vez de reinvestirem seus lucros nos próprios negócios, muitos comerciantes os investem na agricultura. Esta tendência parece ocorrer durante a "segunda fase" da fronteira, associada à concentração da propriedade da terra, à expulsão da agricultura familiar, e à redução do papel do capital usurário-mercantil⁽⁶⁾. Outra explicação para estes investimentos agrícolas dos comerciantes é a possibilidade de que as barreiras à ampliação de escala dos comerciantes no próprio comércio, sejam maiores do que os bloqueios à entrada em outro setor, no caso, a agricultura. É também comum os agricultores bem sucedidos investirem no comércio, o que sugere que haja uma mobilidade ampla entre estes dois setores de atividade econômica na fronteira⁽⁷⁾.

A próxima seção descreve a expansão da influência econômica do Sul-Sudeste sobre o território nacional durante o período estudado. A terceira, trata da questão geral da penetração do capital na agricultura e a quarta da específica da evolução do capital comercial na fronteira: de usurário-mercantil a diretamente produtivo. A seção cinco resume os resultados do levantamento de campo efetuado junto aos comerciantes da fronteira agrícola⁽⁸⁾. A parte final apresenta as conclusões do trabalho.

2 - INCORPORAÇÃO ECONÔMICA DO TERRITÓRIO

A decisão de um produtor agrícola de estabelecer-se em determinado local depende de haver quem lhe traga os bens industrializados que são necessários ao consumo familiar e à atividade produtiva. Por mais pobres que sejam os agricultores, todos necessitam de bens e serviços que eles mesmos não produzem. À medida em que aumenta a sua renda, aumenta o componente industrial do seu consumo, bem como o uso de insumos agrícolas industrializados. O pagamento por estas compras provém, principalmente, da venda de produtos agrícolas e o fluxo decorrente de produtos agrícolas e industriais, requer, obviamente, a atuação de compradores e vendedores. Estes são os comerciantes, cujo papel é ligar a agricultura à indústria e ao mercado final.

Os pequenos bodegueiros e as biroschas espalhadas pela zona rural aglutinam pequenas quantidades de produtos agrícolas e vendem pequenas quantidades de bens industrializados aos agricultores nas proximidades. Eles repassam os produtos agrícolas comprados a agentes maiores, que poderão passá-los adiante e assim, sucessivamente, até que a mercadoria atinja o destino final. Quanto aos produtos industriais que vendem aos agricultores, eles os recebem de comerciantes maiores, que os repassaram de outros, numa sucessão inversa que começou com os produtores industriais originais. As cooperativas, o governo, os grandes e médios agricultores entram no fluxo de mercadorias em estágios distintos da cadeia de intermediação; os pequenos produtores individuais entram quase sempre "no fim

da linha"⁽⁹⁾.

Quanto muitos elos da cadeia estão distantes, geograficamente, da agricultura, cresce a importância dos comerciantes que trazem bens industrializados até os agricultores e levam seus produtos agrícolas. Estes passam a veicular não só mercadorias como também informações cruciais para os agricultores, como por exemplo, as condições de mercado para a venda de diferentes produtos. Acabam sendo então, o principal instrumento na orientação da produção agrícola em direção à culturas comercializáveis. Seu papel de informantes se estende, também, aos bens comprados pelos agricultores. Acabam tornando-se a principal fonte de informação sobre os bens que estão disponíveis e orientam tanto a tecnologia como os padrões de consumo dos produtores agrícolas. É assim que os comerciantes ligam a oferta agrícola na fronteira ao mercado nacional e articulam a demanda de produtos manufaturados na fronteira com a produção industrial. Por seu intermédio, o avanço da fronteira se torna a expansão espacial não só da oferta do produtor agrícola, mas, também, da demanda para os produtos industriais.

No Brasil, o avanço da fronteira amazônica está articulado com a expansão da influência econômica de alguns poucos grandes centros industriais⁽¹⁰⁾. Longe a maior zona de influência de todas é a que está centrada em São Paulo. Ela se articula com toda a fronteira ocidental do País, penetrando no Mato Grosso do Sul, no Mato Grosso, em Rondônia no

Acre, e se aprofundando no Amazonas. Em seguida vem Belém, que concorre com outras zonas pela fronteira oriental: Pará, Maranhão e Amapá. Goiânia, São Paulo e Manaus são outros centros que também tem suas respectivas zonas de influência econômica e concorrem entre si com os outros centros. Os Mapas 1 e 2 ilustram a evolução destas zonas de influência desde meados da década de '60 até fins da década de '70⁽¹¹⁾.

Fisicamente, a mediação entre a fronteira e seus polos de influência é realizada pelas vias de transporte disponíveis. A construção de vias novas aumenta a "densidade viária" e a melhoria das existentes "reduz" a distância da fronteira. No Brasil, a principal atividade neste sentido tem sido a expansão da rede rodoviária, através de grandes eixos que ligaram: São Paulo ao Noroeste (BRs 364, 163 e 267) e ao Norte (BRs 319 e 156); o Centro a Belém (BRs 153 e 163); e o Nordeste à Amazônia (BRs 010, 230, 226, 335 e 316). Apesar da disponibilidade de vias fluviais navegáveis, e das possíveis vantagens das ferrovias, hoje tão discutidas, o acesso à fronteira até agora tem sido feito, sobretudo, por ônibus e caminhão.

Durante a década de '70, o maior "encurtamento" de distâncias entre a fronteira e o restante do País ocorreu na primeira metade do período, de 1970 a 1975, com a construção da Transamazônica e de grande parte da Cuiabá - Santarém, além do asfaltamento da Belém-Brasília, conforme se vê comparando os Mapas 3 a 6⁽¹²⁾. De 1975 a 1980 a construção de estradas

atuou principalmente no sentido de aumentar a densidade rodoviária na própria fronteira, com a construção de estradas locais e vicinais, como se vê na Tabela 1. Note-se que, em todos os períodos, a acessibilidade aumentou mais no Pará do que no Mato Grosso. Esta diferença será lembrada na interpretação dos dados com respeito aos comerciantes, que foram colhidos em campo nesses dois Estados.

TABELA 1 - EVOLUÇÃO* DA DENSIDADE RODOVIÁRIA: 1960-80

ESTADO	(8)	
	GRAU DE ACESSIBILIDADE** ÁREA TOTAL	QUILOMETRAGENS DAS ESTRADAS/ÁREA TOTAL
Pará	1960-70	4.150,0
	1970-75	134,1
	1975-80	1.529,6
Mato Grosso	1960-70	49,0
	1970-75	47,3
	1975-80	78,3
Fronteira Total*	1960-70	40,7
	1970-75	79,5
	1975-80	239,3
		1.720,0
		50,0
		50,0
		66,7
		25,0
		60,0
		287,5

Fonte: Ozorio de Almeida (1987), Anexo II.2 - Tabelas A.II.2.1 a A.II.2.3

* ((Ano 2 - Ano 1)/Ano 1) X 100

** Quilometragem das estradas ponderada pela velocidade média que elas comportam, conforme explicitado na fonte.

*** Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal.

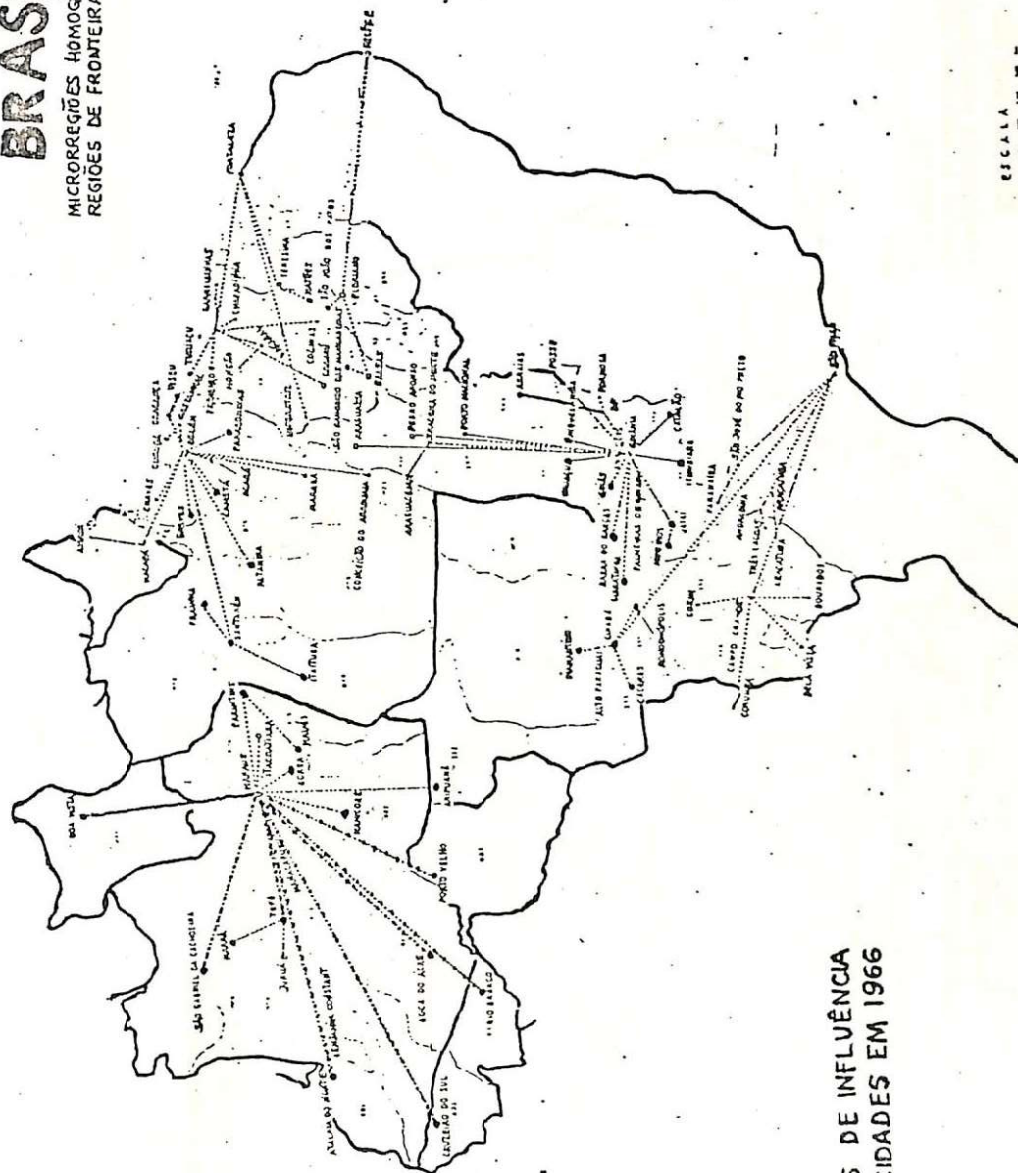
A expansão rodoviária fortaleceu a influência sobre a fronteira dos centros antes já dominantes a nível nacional. É interessante que, segundo os dados utilizados, tal influência, aparentemente, não foi comprometida pelo surgimento de centros urbanos intermediários. A parte os vieses metodológicos já comentados, o crescimento das cidades da região não pa

rece oferecer concorrência a São Paulo e Goiânia na oferta de produtos industriais à fronteira. São cidades que crescem, em grande parte, por atraírem uma população expulsa pelo êxodo rural na própria fronteira, durante sua fase de concentração fundiária⁽¹³⁾. Para alguns migrantes, são etapas intermediárias às novas migrações para outras fronteiras⁽¹⁴⁾. Para muitos outros, são soluções de sub-emprego, marginalidade e miséria, compondo um terciário inchado que vive das rendas da administração pública⁽¹⁵⁾ e da concentração de lucros comerciais apropriados nas transações com a agricultura circundante. A crescente concentração industrial no Centro-Sul então, parece esvaziar a fronteira⁽¹⁶⁾ e bloquear a produção de bens manufaturados nos seus próprios centros urbanos. As grandes cidades da região - Marabá, Altamira, Imperatriz, Santarém, Porto Velho, Cuiabá e outras - funcionariam, então, mais como entrepostos comerciais do que como centros com influência própria sobre as trocas entre agricultura e indústria. Assim, a despeito da construção de estradas, as distâncias entre a fronteira e os pólos do crescimento nacional continuam longas.

Em resumo, o comércio articula a fronteira agrícola aos centros industriais do País, segundo uma ordenação espacial definida. A grande construção de estradas das últimas décadas fortaleceu esta vinculação funcional-espacial e o braço do capitalismo ficou cada vez mais comprido, dando um papel cada vez mais importante aos seus intermediadores. As próximas seções analisam os comerciantes da fronteira, mantendo em conta a sua inserção no movimento geral de expansão espacial

BRASIL

MICROREGIÕES HOMOGÊNEAS NAS REGIÕES DE FRONTEIRA AGRÍCOLA



Mapa 1
ZONAS DE INFLUÊNCIA
DAS CIDADES EM 1966

BRASIL

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS NAS
REGIÕES DE FRONTEIRA AGRÍCOLA

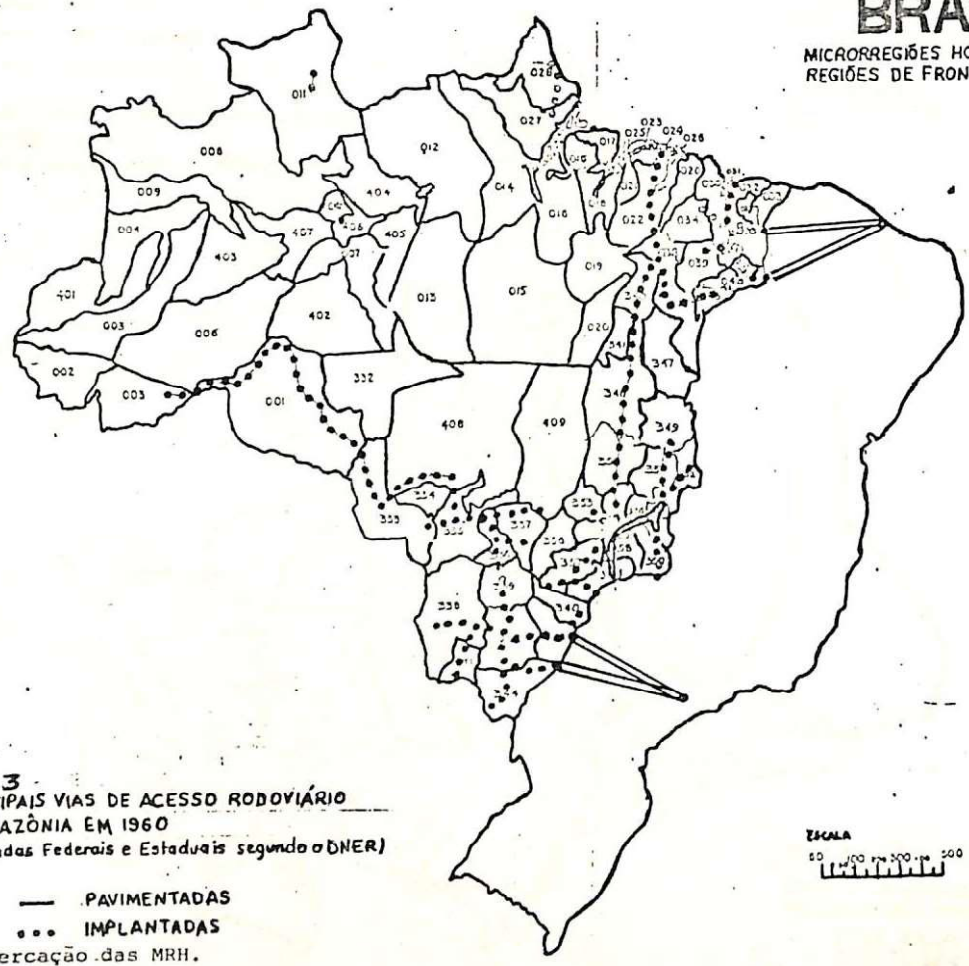


Mapa 2
ZONAS DE INFLUÊNCIA
DAS CIDADES EM 1978

10

BRASIL

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS NAS
REGIÕES DE FRONTEIRA AGRÍCOLA



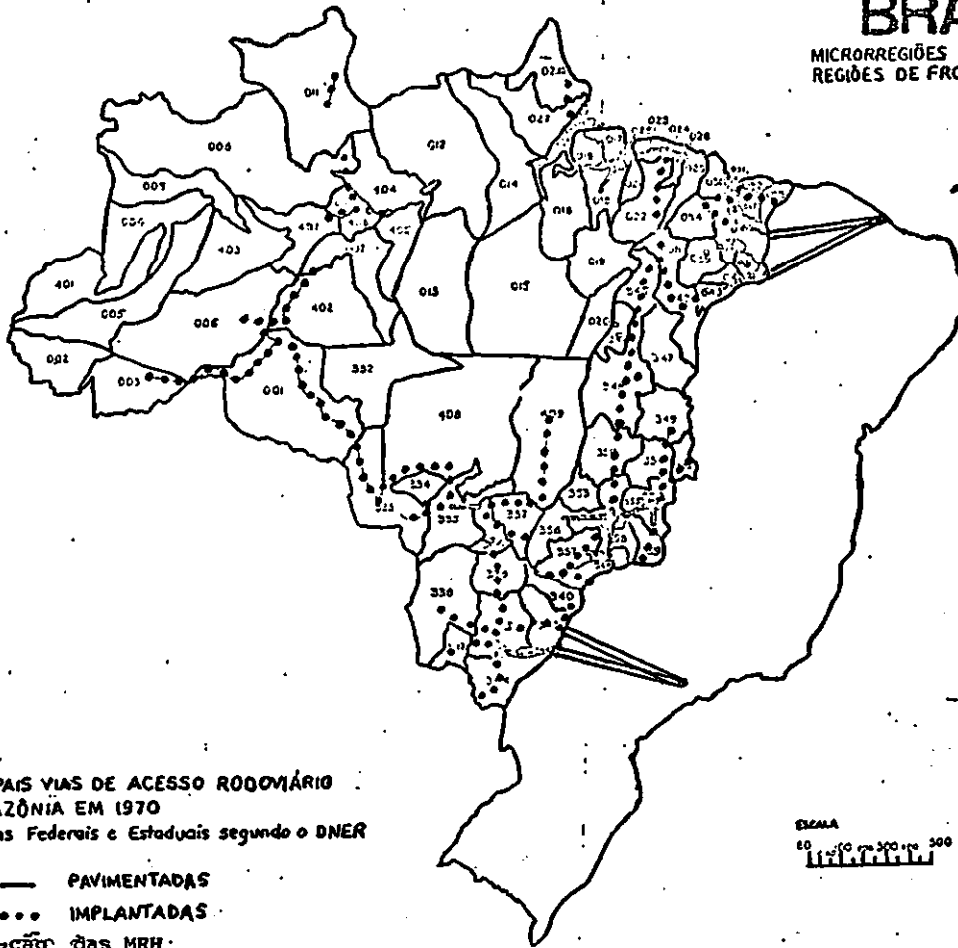
Mapa 3
PRINCIPAIS VIAS DE ACESSO RODOVIÁRIO
À AMAZÔNIA EM 1960
(Estradas Federais e Estaduais segundo o DNRE)

— PAVIMENTADAS
... IMPLANTADAS
Numercação das MRH.

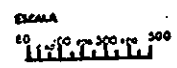
11

BRASIL

MICRORREGIÕES HOMÔGENEAS NAS
REGIÕES DE FRONTEIRA AGRÍCOLA



12



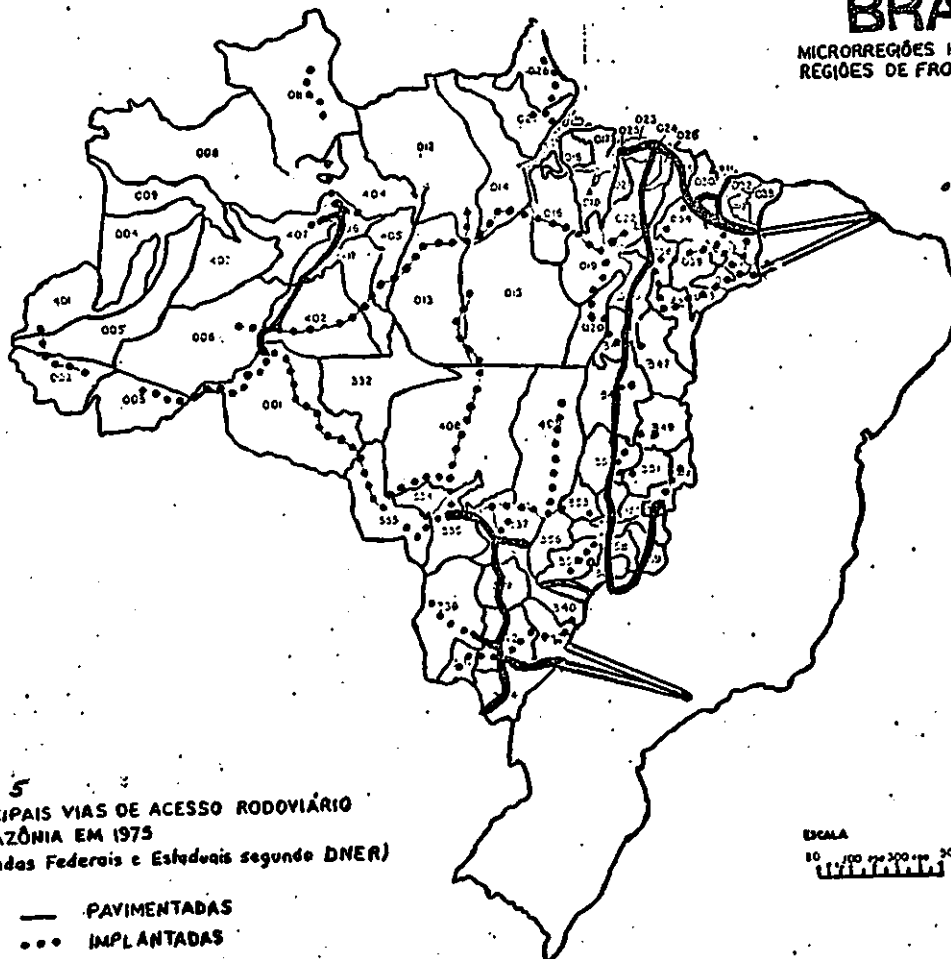
Mapa 4
PRINCIPAIS VIAS DE ACESSO RODOMÁRIO
À AMAZÔNIA EM 1970
(Estradas Federais e Estaduais segundo o DNER)

- PAVIMENTADAS
- ... IMPLANTADAS

Numeração das MRH

BRASIL

MICRORREGIÕES HOMÔGENEAS NAS
REGIÕES DE FRONTEIRA AGRÍCOLA



13

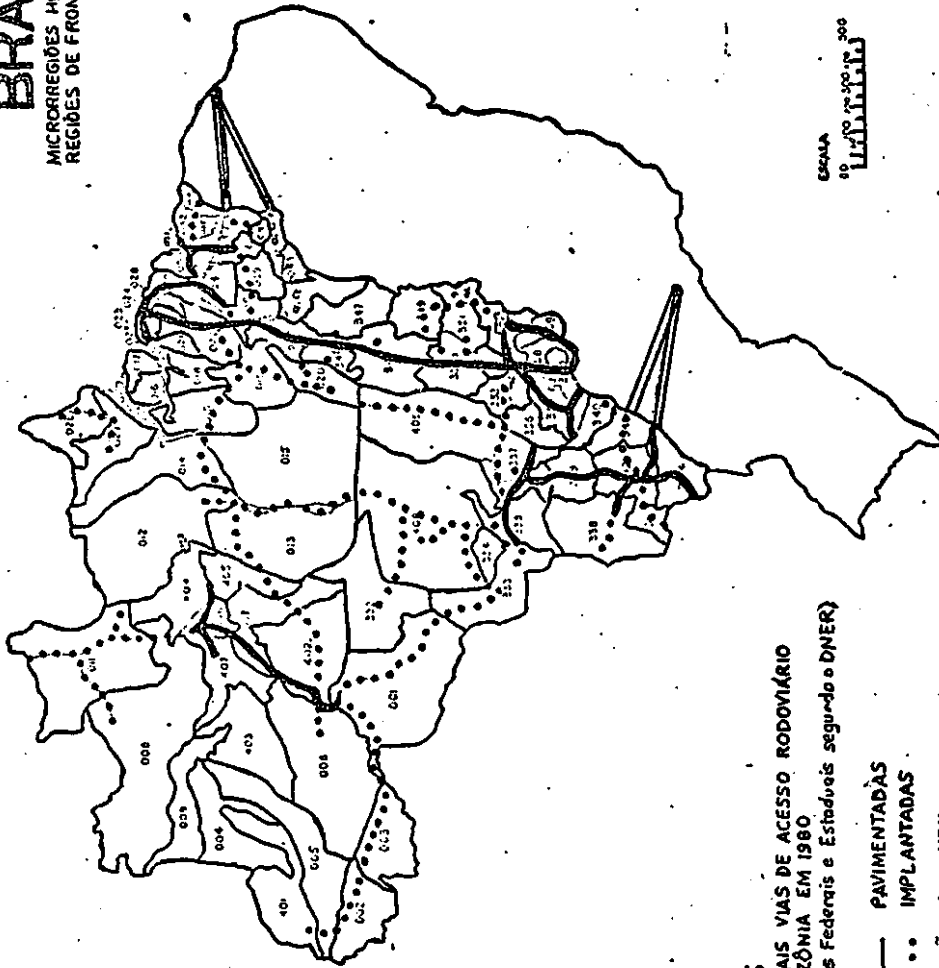


Mapa 5
PRINCIPAIS VIAS DE ACESSO RODOMÁRIO
À AMAZÔNIA EM 1975
(Estradas Federais e Estaduais segundo DNER)

- PAVIMENTADAS
- ... IMPLANTADAS

Numeração das MRH

BRASIL
MICROREGIÕES HOMOGÊNEAS NAS
REGIÕES DE FRONTEIRA AGRÍCOLA



Mapa 6
PRINCIPAIS VIAS DE ACESSO RODOVIÁRIO
À AMAZÔNIA EM 1980
(Estradas Federais e Estaduais segundo o DNER)

— PAVIMENTADAS
... IMPLANTADAS

Numeração das MRH:
Ozório de Almeida (1987)

ESCALA
0 100 200 300
km

do capitalismo industrial nos últimos anos.

3 - A EVOLUÇÃO DO CAPITAL NA FRONTEIRA

A penetração do capital no campo, ou a transição agrária, é uma questão complexa estudada sob muitos pontos de vista diferentes, à qual não se pode fazer justiça no curto espaço disponível nesta seção⁽¹⁷⁾. Marx, Frank, Laclau, Wallerstein, Engels, Lenin, Chayanov, Shanin, Kautsky, os teóricos da dependência, os da articulação dos chamados modos de produção e muitos outros foram e são fascinados pelo tema. Ele inclui questões importantes ainda não resolvidas, como, por exemplo:

- se a extração de excedente é possível na esfera da circulação (isto é, entre sistemas econômicos ou unidades de produção) ou se o é apenas na esfera da produção (isto é, dentro de sistemas econômicos ou unidades de produção);

- se diferentes formas não assalariadas de controle do processo de trabalho (coerção, parceria, arrendamento, endividamento, etc.) representam articulações entre modos de produção distintos ou se estariam sujeitas às leis gerais de reprodução do modo capitalista;

- se a heterogeneidade de capitais que atuam na agricultura (usurário/mercantil, institucional/financeiros e produtivo) refletem estágios de uma evolução geral em direção à

hegemonia do capital produtivo ou adaptações mais ou menos permanentes do capital às resistências de outros sistemas a essa hegemonia. Tais resistências seriam impostas conforme as especificidades naturais, históricas ou culturais dos sistemas agrícolas afetados, gerando a chamada transição (bloqueada); e

- se a atuação do Estado (e.g. numa reforma agrária) pode alterar o rumo geral da penetração do capital no campo, ou se ela é inócua em termos de favorecer ou dificultar a evolução dos diferentes tipos de capital que incidem sobre a agricultura.

No Brasil, o capital institucional/financeiro compunha apenas 18% do crédito agrícola nos anos '50, enquanto o usuário/mercantil abarcava 62% na mesma época⁽¹⁸⁾. Desde então essas posições teriam se invertido com a redução do capital usuário/mercantil e seu deslocamento para as regiões de fronteira e um grande aumento do capital institucional/financeiro nas regiões estabelecidas. O capital produtivo (nacional e estrangeiro), entretantes, estaria penetrando na agricultura através da produção de insumos e equipamentos, a chamada industrialização da agricultura⁽¹⁹⁾, além de atuar nas esferas da comercialização e na da produção agrícola direta. Neste último caso, porém, o capital produtivo, apresenta uma grande variedade de manifestações propriamente agrícolas, entre as quais: a agroindústria verticalizada, os grandes proprietários capitalizados, os arrendatários capitalizados, os pequenos proprietários capitalizados e a agroindústria contra

tante⁽²⁰⁾. Os três primeiros trabalham com mão-de-obra assalariada e os dois últimos com base em pequenos produtores.

A penetração destes diferentes tipos de capital produtivo no campo brasileiro, tem se acelerado no período recente. Os censos agropecuários revelam que, no início dos anos '70, o forte aumento do assalariamento do Centro-Sul foi quase cancelado pelo grande deslocamento de pequenos produtores para a região Norte. No entanto, na segunda metade da década, a proletarização já era um processo generalizado e se introduzia até na fronteira, como se pode ver na Tabela 2.

TABELA 2 - ASSALARIAMENTO AGRÍCOLA: PORCENTAGEM DE EMPREGADOS (PERMANENTES E TEMPORÁRIOS) NO TOTAL DO PESSOAL EMPREGADO

REGIÕES	ANO		
	1970	1975	1980
Norte	6	5	10
Centro-Oeste	18	23	32
Nordeste	12	12	25
Sul-Sudeste	19	24	28
Brasil	15	16	24

Fonte: Censos Agropecuários de 1970, 1975 e 1980, conforme tabulados em Ozório de Almeida (1982) p. 960 e Miller (1987), Tabela 7, p. 12.

Segundo a Tabela 2, a proporção de assalariados na força de trabalho total dobrou (de 5% para 10%) na região Norte, que corresponde à fronteira recente, e na região Nordeste (de 12% para 25%) que, neste caso, inclui o Maranhão⁽²¹⁾. A

totalidade do aumento em ambas as regiões porém, só ocorreu na segunda metade da década mostrando o quanto é recente o assalariamento nestas áreas. No Centro-Oeste, que corresponde à fronteira antiga, fora o Maranhão⁽²²⁾, o aumento foi de 78% (indo de 18% para 32%), tendo se acelerado de 1975 a 1980 (39% indo de 23% para 32%) em comparação com 1970 a 1975 (28% indo de 18% para 23%). No Sul-Sudeste ele foi de 47% (indo de 19% para 28%), tendo se desacelerado no segundo quinquênio (16% indo de 24% para 28%) em relação ao primeiro (26% indo de 19% para 24%). No Brasil como um todo, em 1980, porém, a mão-de-obra assalariada ainda mal chegava a um quarto do total empregado na agricultura.

Vê-se, assim, que a transição agrária no Brasil ainda é um processo incompleto, embora esteja se acelerando, e que ela incide de maneira diferente em cada região. A fronteira recente é onde a transição para a produção com base em trabalho assalariado ainda é a mais atrasada. Surpreendentemente, porém, a "fronteira antiga", é onde ela é a mais avançada. Já, na fronteira, então, uma modificação muito rápida na relação da agricultura com o capitalismo, evidenciada pelo contraste entre as primeiras duas linhas da Tabela 2, e que será, a seguir, discutida com mais detalhe.

Há uma circunstância própria da fronteira que a diferencia de todo o resto do País: é o fato de que a terra está ainda disponível para apropriação, na verdade ou na imaginação das pessoas. Tal circunstância dá aos trabalhadores uma

opção de subsistência única, em relação ao resto da economia, além do assalariamento. Mesmo os que não tem capital e não podem comprar os fatores de produção, podem ocupar a terra, produzindo a própria renda e evitando trabalhar para outros. Apesar de a fronteira brasileira estar se fechando rapidamente⁽²³⁾ o enclosure das terras brasileiras está ainda longe de se ter completado⁽²⁴⁾. Ao menos nas aspirações dos milhões de migrantes que foram até lá, a fronteira ainda é o lugar onde podem trabalhar por conta própria⁽²⁵⁾ numa terra que julgam ainda ser livre⁽²⁶⁾.

Enquanto persistir essa aspiração, e alguma terra na qual realizá-la, a pequena produção agrícola continuará se reproduzindo na fronteira a despeito da penetração do capitalismo no campo das regiões estabelecidas. Com efeito, os dois processos, a proletarização agrícola no Centro-Sul e a recriação do campesinato na fronteira podem ser vistos como aspectos sequenciais do mesmo fenômeno da penetração de capital numa agricultura cuja terra ainda não foi toda transformada em propriedade privada⁽²⁷⁾.

O "nó do problema (então) é como caracterizar a dinâmica de pequenos produtores quando a sua submissão... ao capital está incompleta..."⁽²⁸⁾. O assalariamento da mão-de-obra, ou a "submissão formal do trabalho ao capital"⁽²⁹⁾ é um processo que só se conclui quando os trabalhadores perdem a posse dos meios de produção e de subsistência e não tem outra alternativa para assegurar sua reprodução a não ser se empre-

gar. Supostamente, somente após a generalização do assalariamento é que se poderia processar a intensificação técnica do processo produtivo, a chamada "submissão real do trabalho ao capital" (30).

Na agricultura brasileira, porém, a submissão real já se estaria processando aceleradamente na fronteira antiga (31) antes de a submissão formal ter-se completado na fronteira recente. A penetração do capitalismo no campo então, tem uma dimensão temporal-espacial muito complexa num país com fronteira agrícola, como é o Brasil. Para melhor entender a questão específica desta penetração do capitalismo no caso da agricultura de fronteira é preciso, então, examinar diretamente quem são esses capitalistas da fronteira, e como eles se comportam em cada uma das fases da incorporação econômica do território.

4 - AS FASES DA FRONTEIRA

Inicialmente, quando o produtor agrícola predominante é o pequeno agricultor familiar (32), o capitalista presente é o comerciante que financia o seu ano agrícola. Ele adianta bens de consumo na entressafra e frequentemente compra o produto agrícola "na folha", isto é antes da colheita. O preço pago pelo produto agrícola pode até ser alto e o preço dos produtos industrializados adiantados, bem como a taxa de juros cobrada nos adiantamentos, podem até ser baixos, em rela-

ção aos que vigoram na agricultura de outras regiões. Estes preços não são relevantes em si mesmos, e servem, sobretudo, para atrair o agricultor ao comerciante. A venda de bens de consumo, em si mesma, tão pouco, é um objetivo. Ela serve, principalmente, como uma forma de assegurar a inserção do comerciante no mercado que lhe interessa, que é o de produtos agrícolas (33). Os bens vendidos neste tipo de comércio tendem a ser os de primeira necessidade, típicos do consumo de agricultores de baixa renda, que se pendem ao comércio num ciclo vicioso de endividamento e dependência.

A chave da transação agricultor-comerciante nessa fase é a exigência de que o pagamento da dívida seja feito em espécie e, necessariamente, em produto agrícola. Este mecanismo de "transações vinculadas" direciona o produto agrícola ao comerciante-credor e viabiliza a realização do seu lucro (34).

O agricultor se endivida enquanto o seu capital de giro for insuficiente para financiar o consumo familiar durante um ano agrícola completo. O crédito de que necessita, porém, não é fornecido pelo sistema financeiro formal, devido a vários fatores negativos, como, por exemplo: a destinação do crédito ser voltada para o consumo e não para a produção, a baixa renda familiar do devedor e a falta de garantias bancárias aceitáveis pelo sistema de crédito formal. Ao exigir a safra futura como pagamento, o comerciante direciona o trabalho agrícola em direção ao produto comercial, reduzindo, até,

as produções alternativas de subsistência. Restringe a auto-suficiência do agricultor e reforça a sua dependência no próprio comerciante, que se torna um empregador virtual. Apenas, em vez de, como no caso da produção direta, suscitar o trabalho variando um salário, ele age indiretamente, compelindo o trabalho através do manejo de uma dívida. De ambas as formas - assalariamento ou endividamento - se pode dirigir a produção agrícola para o produto comercial⁽³⁵⁾.

Enquanto o agricultor for sujeito a variações de renda e outros riscos, tenderá a cair no endividamento e, uma vez nele, dada a baixa produtividade reinante, a produzir pequenos excedentes e a continuar endividado, ano a ano. Por outro lado, enquanto, a terra for barata, a produção de subsistência tem baixo custo de oportunidade. O comerciante pode, então, poupar-se custos, financiando apenas o capital de giro da produção agrícola, e não o seu custo total. Nestas condições, ele tende a continuar comerciante e a não ingressar na produção agrícola direta. A relação usurária-mercantil entre comerciantes e agricultores é, assim, resistente à passagem do tempo, reaparecendo histórica e geograficamente quando se reproduzem as condições que lhe dão origem⁽³⁶⁾.

A recriação do capital usurário-mercantil na fronteira, porém, se dá em circunstâncias especialmente propícias. A distância amplia o grau de monopólio dos comerciantes, o desconhecido amplia o risco para os agricultores e a terra barata mantém baixo o custo de oportunidade da agricultura de

subsistência. É de se esperar, portanto, uma forte presença do capital usurário-mercantil no comércio da fronteira, sobretudo nas fases iniciais da ocupação.

Quando uma determinada região de fronteira se consolidada, porém, estas condições se modificam. O desconhecido diminui, reduzindo o risco dos agricultores. Os concorrentes chegam, diminuindo o grau de monopólio dos comerciantes. O preço da terra sobe, elevando o custo de oportunidade da cultura de subsistência e expulsando o próprio produtor familiar para fora da agricultura local. Para o comerciante, o custo do manejo indireto da produção agrícola, via endividamento do agricultor, se eleva, na medida em que ele passa agora a ter que cobrir o custo total da mão-de-obra. Perdendo-se a vantagem do manejo indireto, tornar-se produtor direto é um "pulo". Com o tempo, então, alguns comerciantes devem passar a ser agricultores diretos; outros, a se consolidar nos seus próprios negócios⁽³⁷⁾. Perde-se a antiga clientela de pequenos produtores desbravadores e, com o êxodo rural, vão-se também as relações usurárias-mercantis.

Em resumo, as fases distintas de uma fronteira implicam, em diferentes tipos de produtores agrícolas e, também, em diferentes tipos de comerciantes. A fase de desbravamento introduz pequenos produtores familiares na agricultura e capital usurário-mercantil no comércio: é o que se vê na Região Norte, na primeira linha da Tabela 2, acima. A fase de êxodo rural transforma agricultores e comerciantes em capital produ

tivo. Permite, então, que se dê o assalariamento da mão-de-obra e a intensificação técnica da produção: é o que se vê na Região Centro-Oeste, na segunda linha da Tabela 2. A penetração do capital no campo, portanto, tem uma evolução específica própria da fronteira. A compreensão dessa especificidade é necessária para que se avalie adequadamente o papel dos comerciantes na colonização.

5 - OS COMERCIANTES NA FRONTEIRA

Esta seção destaca as principais conclusões atingidas com base em um levantamento realizado junto a alguns comerciantes em projetos de colonização oficial, no Pará, e particular, no Mato Grosso. Por economia de espaço, não são apresentadas as muitas tabelas e demais informações que embasam as afirmações feitas a seguir, as quais podem ser consultadas nas fontes citadas⁽³⁸⁾. A Tabela 3, mostrada adiante, resume os resultados empíricos mais significativos para os fins do presente trabalho.

Na medida em que um mercado se estabelece, as margens praticadas por cada agente tornam-se indicativas do grau de concentração no mercado como um todo⁽³⁹⁾. Daí ser possível extrair inferências sobre todo um conjunto de comerciantes de uma localidade a partir das margens médias observadas apenas entre alguns. Não se pode medir, com dados pontuais, o volume total do lucro comercial da região pesquisada, mas

pode-se concluir que certos tipos de comerciantes realizam seu lucro localmente, que outros e realizam fora, que certos mercados são mais concentrados do que outros, e assim por diante.

No campo, observou-se que os comerciantes no Mato Grosso praticam margens muito mais elevadas e obtêm taxas de rentabilidade bem superiores às do Pará, aproveitando-se de diversas barreiras naturais à entrada na colonização particular: grandes distâncias, estradas ruins, contatos cativos com clientes e fornecedores do Sul-Sudeste e controle da estrutura de comercialização por parte das empresas colonizadoras⁽⁴⁰⁾. Já os comerciantes do Pará enfrentam um mercado com muitas facilidades à entrada: as estradas melhores dão acesso maior aos caminhoneiros e aos comerciantes, que tem origem mais variadas do que do Mato Grosso, vindo não só do Sul-Sudeste, mas também do Norte, do Nordeste e do Leste. Por outro lado, os próprios agricultores do Pará se tornam, com frequência, pequenos comerciantes à medida em que acumulam na agricultura. Finalmente, muitos comerciantes do Pará estão inseridos em cadeias de intermediação que levam a Belém, e outros centros relativamente pouco dinâmicos a nível nacional onde as margens, em geral, talvez, também sejam menores do que ao do Sul-Sudeste. Como resultado de todos esses fatores, observa-se taxas de rentabilidade bem menores no Pará do que no Mato Grosso.

Em ambos os Estados, o comércio local gera as meno-

res margens, enquanto que a venda de produtos industrializados tem margens bem mais elevadas. Mas é no comércio de produtos agrícolas que as margens mais se diferenciam, sendo, ao mesmo tempo, as maiores de todas no Mato Grosso, e as menores de todas no Pará. Isto é, a fronteira matogrossense apropria parte de seu excedente agrícola no circuito comercial enquanto que o excedente da fronteira paranaense não é apropriado pelos comerciantes. Ou ele é todo exportado, ou é apropriado pelos agricultores (41).

TABELA 3 - RENTABILIDADE, TAXA DE ACUMULAÇÃO E INVESTIMENTO AGRÍCOLA DOS COMERCIANTES NA FRONTEIRA

	Taxa de Rentabilidade Anual*	Taxa de Acumulação Mensal**	Participação Agrícola nos Investimentos***
Pará (1)	50,9	19,7	15,2
Mato Grosso (2)	74,8	13,0	29,4
Total: (1) + (2)	60,6	14,5	25,3

FONTE: Ozório de Almeida (1987) Tabelas II.3.4 e II.3.8.

$$* \left[\frac{\text{Receita-Despesa}}{\text{Despesa}} \right] \times 100.$$

$$** \left[\left(\frac{\text{Ativos}_t}{\text{Ativos}_0} \right)^{\frac{1}{t}} \right] \times 100; t = \text{tempo em meses desde o início do negócio.}$$

$$*** \left[\frac{\text{Investimento Agrícola}}{\text{Investimento Total}} \right] \times 100.$$

N.B.: As definições empíricas dessas variáveis estão em Ozório de Almeida (1987) Anexo III.4.

Em geral, os comerciantes da fronteira tem altíssimas taxas de acumulação e diversificam seu investimento em direção à agricultura. Os do Pará, talvez, seguindo o processo natural de consolidação da economia da fronteira, passam a manejar a mão-de-obra agrícola diretamente, em vez de apenas indiretamente, através do mecanismo usurário-mercantil. Os do Mato Grosso talvez o façam por esta mesma razão e, também, por terem possibilidades de expansão limitadas pela rigidez estabelecida nas suas próprias cadeias de comercialização. O aumento de um negócio depende de uma ampliação da rede de clientes e fornecedores, e de uma disposição destes de aumentar os valores negociados com o comerciante que deseja expandir. Possivelmente, esta barreira seja mais rígida e de mais difícil transposição do que a barreira em direção à agricultura. Esta depende apenas, basicamente, da compra da terra. Na fronteira, justamente, a disponibilidade de terras poderá ser convidativa à ampliação das atividades via diversificação, em vez de via aumento de escala no mesmo negócio.

Em comparação com os agricultores, as taxas de acumulação dos comerciantes é muito alta. Isto pode ser devido ao fato de que o comércio absorva o excedente agrícola, através dos mecanismos monopsonicos já descritos. Por outro lado, pode ser, também que os agricultores mais bem sucedidos deixem a agricultura e passem para o comércio. De qualquer forma, é estranho que quem está num setor mais rentável invista num outro menos rentável (42). Para entender esse movimento é preciso referir-lo à dinâmica geral de expansão do capitalismo industrial em que ambos estão inseridos.

6 - A TRANSFORMAÇÃO CAPITALISTA NA FRONTEIRA AGRÍCOLA

Em resumo, junto com a pequena produção familiar, o capital que penetra primeiro na fronteira é o usurário-mercantil, o qual apropria a renda dos agricultores através de transações vinculadas em mercados monopsonizados. Este tipo de relação entre agricultor e comerciante - o manejo indireto da mão-de-obra agrícola - extrai o excedente agrícola pela esfera da circulação. Ele é compatível com uma produção em base não assalariada, de baixa produtividade e de pouca acumulação na própria agricultura. As taxas de rentabilidade e de acumulação agrícola são, então, baixas; as do comércio, muito maiores.

Numa segunda fase da fronteira a apropriação legal das terras se completa e se concentra. Dá-se, então, o êxodo da pequena produção familiar. A perda da opção de subsistência para a força de trabalho torna possível o assalariamento da mão-de-obra e a penetração do capital diretamente produtivo na agricultura. A apropriação do excedente passa a ser através da intensificação técnica e da ampliação de escala, tanto no comércio quanto na agricultura. Entre os produtores agrícolas desta fase estão alguns novos elementos, que compram ou expulsam os pequenos iniciais, como também alguns desbravadores bem sucedidos, e, ainda, alguns comerciantes, que passam a investir na agricultura, já iniciando capitalizados e com níveis de acumulação competitivos com os comerciais.

A grosso modo, pode-se, então, associar as duas fases da fronteira às fases do processo geral de apropriação dos meios de produção - no caso a terra - e subordinação do trabalho ao capital - primeiro "formal" (o assalariamento depois real (e tecnificação). Esta transição, já histórica nos países avançados, continua ainda em curso no Brasil atual, devido à incorporação ainda incompleta do território à acumulação capitalista. Enquanto houver uma fronteira agrícola a conquistar, haverá um movimento heterogêneo de capitais agrícolas e não agrícolas no espaço brasileiro.

Se bem que a colonização dirigida ordene o acesso dos agricultores às terras da fronteira, ela geralmente tem pouco controle sobre o restante da atividade econômica que acompanha o avanço da fronteira agrícola. Esta tem uma dinâmica própria, ligada à expansão da influência do capitalismo do Sul-Sudeste sobre o restante do território. Entendendo-se as transformações que ocorram entre os agricultores e os comerciantes antes na fronteira, compreende-se melhor as estruturas sociais que se criam durante o processo de incorporação de novas regiões à economia nacional.

A colonização é uma política social de distribuição de terras visando melhorar o perfil de distribuição de renda da população. Mas ela ocorre dentro de uma dinâmica de penetração do capitalismo no campo e de concentração da propriedade dos meios de produção. No momento em que se considera a implementação de uma reforma agrária no País, a experiência

acumulada na fronteira ganha especial relevância, para que se busque evitar os erros do passado.

NOTAS

- (1) Agradeço a colaboração de Ângela Moulin Penalva Santos e de Antonio José Alves Júnior nas conceituações empregadas, na metodologia empírica e na preparação dos dados que servem de base para este trabalho. Os erros e omissões que subsistem são de minha exclusiva responsabilidade.
- (2) Segundo Ozorio de Almeida (1987, Capítulo I, Seção I.2), a "fronteira recente" corresponde aos Estados de: Pará, Mato Grosso, Amazonas, Rondônia, Acre, Roraima e Amapá; a "fronteira antiga" corresponde a: Maranhão, Goiás e Mato Grosso do Sul.
- (3) Ver Ozorio de Almeida (1987, Capítulo I).
- (4) Se bem que o pólo de expansão capitalista no Brasil esteja nas regiões do Sul e do Sudeste, mormente em São Paulo, o texto às vezes se referirá a essas regiões como sendo "centrais", no sentido de serem o "centro de influência econômica" sobre o restante do País. Essa conceituação está explicada na seção 2, adiante.
- (5) Ver Ozorio de Almeida (1987, Capítulo II, Seção II.2).
- (6) A periodização do avanço da fronteira em uma fase de expansão de pequenos produtores e outra de concentração fundiária será descrita adiante, na Seção 4.
- (7) Musumeci (1985) mostra que os pequenos comerciantes da fronteira espontânea maranhense muitas vezes começaram como agricultores ascendendo depois a um status mais elevado através do comércio. Moulin (1985) mostra que muitos na colonização dirigida se tornam comerciantes por falta de acesso à terra e que pretendem se tornar agricultores quando puderem.

- (8) Os dados foram colhidos no projeto referido em Ozorio de Almeida (1981-84) e analisados nos relatórios referidos em Moulin (1985). Os números apresentados nesse texto são ajustamentos e adaptações minhas baseados nos resultados de Ângela Moulin, que identificou o paradoxo do investimento agrícola dos comerciantes da fronteira. Os erros, as omissões e as falácias de interpretação desta versão porém, são de minha exclusiva responsabilidade.
- (9) Musumeci (1985), Capítulo 5, descreve pormenorizadamente as cadeias de intermediação comercial articuladas com a pequena produção agrícola da fronteira no Maranhão e apresenta uma farta literatura a respeito.
- (10) As definições dos termos empregados e a descrição dos dados que servem de base para esta parte do texto e os Mapas 1 e 2 estão no Anexo II.1 de Ozorio de Almeida (1987). As fontes de informação utilizadas foram FIBGE (1972 e 1980), ICOTI (1976), todos baseados na teoria das "localidades centrais" vinda de Cristaller (1966) e Lösh (1954).
- (11) Na verdade, a influência de São Paulo e Goiânia nos anos '70 era bem maior do que se infere a partir destes mapas. Devido a uma limitação da metodologia empregada na sua confecção, admitiu-se apenas uma influência dominante sobre cada ponto da fronteira. No entanto, o que ocorre, tipicamente, não é a exclusividade indicada, mas a concorrência entre centros por cada ponto influenciado e uma diferenciação no grau de influência entre eles. Ficaram camufladas, então, as penetrações de São Paulo e Goiânia nas outras zonas, movimentos estes que certamente aumentaram durante a década de '80. Apesar destas limitações, o valor dos mapas está na sua visão conjunta que permitem sobre a ordenação da influência do centro sul com respeito a fronteira.

- (12) As definições dos termos empregados e a descrição dos dados que servem de base para a Tabela 1 e os Mapas 3 a 6 estão no Anexo II.2 de Ozorio de Almeida (1987). As fontes utilizadas foram CNT (1973), DNER (1962, 1969, 1971, 1975, 1980), Abril (1966, 1970, 1975, 1980), Lacorte (1976) e Cunha (1978).
- (13) Ver Ozorio de Almeida (1987, Capítulo I, Seção I.2).
- (14) Esta hipótese, discutida em Moulin (1985), é apoiada pelos dados de Ferreira (1984) e pelos dados apresentados no Capítulo I.1. Os agricultores da fronteira, tipicamente tiveram várias etapas migratórias anteriores, muitas em zonas urbanas, onde exerceram atividades não agrícolas. Essa itinerância acaba compondo um aprendizado valioso para o sucesso posterior na colonização.
- (15) Martine (1984) sugere que o governo, de fato, subsidia a fronteira, ao praticar uma excessiva descentralização administrativa, face à baixa densidade populacional nas regiões afastadas.
- (16) Ver Sawyer (1983).
- (17) Esta seção introduz vários termos controversos, tais como os que se referem a diferentes tipos de capital (eq. "usurário/mercantil", "produtivo", "institucional/financeiro"), a "camponeses", aos "modos de produção", a "transição agrária", a "proletarização", etc. Devido à falta de espaço, não se pretende definir nem questionar esses conceitos, os quais são discutidos em profundidade em inúmeras obras, como nas resenhas de Goodman e Redclift (1981) e Musumeci (1984).
- (18) Goodman e Redclift (1981), Capítulo V.

- (19) Ver eg. Müller (1981, 1982, 1987) e Granziano da Silva (1981, 1982, 1983) sobre a formação do complexo agro-industrial brasileiro, tanto em termos da industrialização dos insumos utilizados pela agricultura (industrialização para a agricultura) quanto em termos da demanda industrial pelos produtos agrícolas.
- (20) O termo "contratante" se refere ao uso de "outgrowers", ou seja trabalhadores "por conta própria", sob contrato exclusivo com a empresa, num sistema semelhante ao putting out system, trabalhadores a domicílio, do início da revolução industrial.
- (21) Ver nota 2 acima.
- (22) Ver nota 2 acima.
- (23) Ver referências citadas em Ozorio de Almeida (1987, Capítulo 1, Seção I.3).
- (24) Camargo (1981) demonstra, numa análise influenciada por Domar (1970), que o trabalho assalariado só é possível quando o acesso aos meios de produção (no caso, a terra) é vedado a parte substancial da população.
- (25) Ferreira (1984) mostra que um dos principais motivos dos migrantes em irem para a fronteira é o de evitar trabalhar para outros.
- (26) Musumeci (1985) discute o "mito da terra liberta" entre os colonos no Maranhão.
- (27) Ozorio de Almeida (1982).
- (28) Goodman e Redclift (1981, p. 97).
- (29) Marx, (1975), pp. 73-7 e 79-89.

- (30) Ibid., p. 79.
- (31) Müller (1987) mostra que a intensificação técnica da produção agrícola na fronteira antiga está se dando mais rapidamente até do que no Sul-Sudeste.
- (32) Ozorio de Almeida (1987, Capítulo I), contém uma descrição do agricultor familiar itinerante que predomina na primeira fase de desbravamento de uma fronteira e apresenta evidências empíricas a respeito das duas fases de sua evolução: desbravamento, baseado na pequena produção, e consolidação, caracterizada pelo êxodo rural.
- (33) Ozorio de Almeida (1978) mostra que, no Nordeste brasileiro, os preços pagos a parceiros eram frequentemente maiores e os juros menores do que no caso de pequenos proprietários e posseiros. Serviam para canalizar a produção dos parceiros para os proprietários da terra, assegurando-lhes um volume maior de transações no mercado de produtos agrícolas do que teriam apenas com a produção própria.
- (34) Além das evidências já citadas na nota acima, Musumeci (1985) apresenta várias outras e discrimina os diversos tipos de "transações vinculadas" que se associam ao capital usurário-mercantil na fronteira.
- (35) Ozorio de Almeida (1978), mostra como, em diferentes áreas do Nordeste, os comerciantes quase "extorquiam" produto agrícola dos agricultores, por meio do endividamento por comprometimento da produção, apesar de os preços recebidos pelos mais endividados serem relativamente altos.

- (36) O endividamento com comprometimento da produção é muito conhecido na Ásia, e.g. Índia (Thorner e Thorner, 1962, Thorner, 1965, Bhaduri, 1973, e Barchan (1978, 1984), como também o foi no século passado na Europa Oriental e no Sul dos Estados Unidos, onde era chamado de "crop - lien" (penhor da safra). Ver, por exemplo, Ransom e Sutch (1972 e 1975). É interessante que, no período após a Guerra Civil nos EUA, o mecanismo se iniciava com varejistas, que depois se tornavam comerciantes no mercado de produto agrícola. Em todos os casos, porém, se repete a vinculação das transações em mercados monopolizados ou oligopolizados de varejo, crédito e produtos. No caso brasileiro, os agentes que atuam nesses mercados adotam práticas usurário-mercantis na fronteira.
- (37) Essas suposições são apoiadas pelas evidências de campo apresentadas em Ozorio de Almeida (1987, Capítulo II, Seção II.3).
- (38) Ozorio de Almeida (1987, Capítulo II, Seção II.3); Moulin (1985) contém uma descrição do levantamento e um detalhamento maior dos dados. A amostra tem a distribuição espacial de uma pesquisa de campo muito maior realizada junto a colonos, e que está descrita em Ozorio de Almeida (1987, Anexo III).
- (39) A margem cobrada acima do custo médio, chamada de "custo pleno" ou "mark-up", é uma medida já clássica do grau do monopólio num mercado, desde os trabalhos pioneiros de Sweezy (1939) e Hall e Hitch (1939). Uma vasta literatura a respeito se acumulou nos anos '40 e '50, reunida mais tarde em Machulup (1967) e Modigliani (1966). No Brasil, diversos autores tem demonstrado a relação entre a margem e o grau de concentração do mercado na indústria, como Guimarães (1979, 1983). Se bem que esta teoria não seja geralmente aplicada aos mercados agrícolas, não há nada que o impeça, pois suas previsões se verificam também neste setor como se comenta no texto a seguir.

- (40) A literatura sobre preços em mercados concentrados prevê que quanto maiores as barreiras à entrada, maiores as margens cobradas pelos produtores. Veja-se Bain (1951 e 1969) Sylos-Labini (1980, Modigliani (1966).
- (41) Os dados da Tabela 3 mostram que os comerciantes do Mato Grosso foram mais rentáveis no ano da pesquisa, mas, que, ao longo de vários anos, as maiores taxas de acumulação foram no Pará. Estas e outras questões suscitadas pelo levantamento não podem ser discutidas nessa seção por restrições de espaço, mas são tratadas em detalhe na fonte citada.
- (42) Moulin (1985) identifica esse paradoxo e apresenta vários argumentos para explicá-lo.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ABRIL. Guia Turístico 4 rodas, São Paulo, Ed. Abril, 1966, 1970, 1975, 1980, Mapas rodoviários e mapas verticais.
- BAIN, J.S. "Relation of profit rate to industry concentration: American Manufacturing, 1936-1940. The Quarterly Journal of Economics, 65(3); 293 - 324, ag., 1951.
- _____. Industrial organization. New York: John Willey and Sons, 1969.
- BARDHAN, P. e RUDERA, A. "Interlinking of land, labour and credit relations: an analysis of village survey data in East India" Economic and Political Weekly 13, fev., 1978.
- BARDHAN, P. Land, labour and rural poverty: essays in development economics. New York: Columbia University Press, 1984.
- BHADURI, A. "On The Formation of usurious interest rates in backward agriculture". Cambridge Journal of Economics, 5, mar. 1977.
- CAMARGO, J.M. "A Transição para o capitalismo: uma análise teórica do aparecimento do trabalho assalariado". pesquisa e Planejamento Econômico, 11(2): 443 - 68, ago. 1981.
- CNT, Planos de viação - evolução histórica, Rio de Janeiro: Ministério dos Transportes, 1973.
- CRISTALLER, W. The Central Place of Southern Germany. Englewood, Cliffs: Prentice-Hall, 1966.
- CUNHA, A.S. Rural poverty and agricultural modernization in Brazil. Nashville: University of Vanderbilt, 1978 (Tese de doutorado).

- DNER, Mapa rodoviário, Rio de Janeiro: Ministério dos Transportes, 1962, 1969, 1971, 1975, 1980, Publicação por Estados.
- FIBGE. Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas. Rio de Janeiro, DEGEO, 1972.
- _____. Regiões de influência das cidades. Rio de Janeiro, 1980.
- FERREIRA, B. A terra e seu significado para o pequeno produtor na fronteira. Brasília, IPEA/IPLAN, 1981, mimeo (Sub-projeto 4 da pesquisa Migrações Internas...).
- GOMENSORO, S. Tecnologia para produção de alimentos básicos. Rio de Janeiro, FEA/UFRJ, 1985.
- GOODMAN, D. & REDCLIFT, M. From peasant to proletariat: capitalist development and agrarian transitions. Oxford, Brasil; Blackwell, 1981.
- GRAZIANO DA SILVA, J. Estrutura fundiária e relações de produção no campo brasileiro IN: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2, 1980. Águas de São Pedro, 1980, mimeo.
- _____. A modernização dolorosa, estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- _____. O progresso técnico e as especificidades da agricultura. Campinas, UNICAMP, 1983.
- GUIMARÃES, E.A. "Organização industrial: a necessidade de uma teoria". Pesquisa e Planejamento Econômico, 9 (2): 517-30, ago., 1979.
- _____. Barreiras à entrada. Rio de Janeiro, FEA/UFRJ, 1983 (Texto Didático, 19).

- HALL, R.L. & HITCH, C.J. "Price theory and business behaviour" Oxford Economic Papers. (2): 12 - 45, maio, 1939.
- ICOTI. A Rede funcional urbana do Amazonas. Manaus, 1976.
- LACORTE, M.H.C. Estrutura da rede rodoviária do Estado do Rio de Janeiro: uma contribuição metodológica. Rio de Janeiro, Departamento de Geografia/UFRJ, 1976 (Tese de Mestrado).
- LÖESH, A. The Economics of location. New Haven, Yale University Press, 1954.
- MACHLUP, F. "Theories of the firm: marginalist, behavioral managerial". American Economic Review, 57(1): 1 - 33, Mar., 1967.
- MARX, K. Capítulo inédito d'o capital: resultado do processo de produção imediato. O Porto: Escorpião, 1975.
- MODIGLIANI, F. "New developments on the oligopoly front". Journal of Political Economy. 66 (2): 215 - 32, junho, 1958
- MOULIN P.S., A. A urbanização da fronteira. Rio de Janeiro, INPES/IPEA, 1985 (Relatórios 1 - 6).
- MÜLLER, K.G. O complexo agroindustrial brasileiro. São Paulo, EAEP/FGV, 1981 (Relatório de Pesquisa, 3).
- _____. Agricultura e industrialização do campo no Brasil. São Paulo, PUC, 1982 (Cadernos PUC de Economia, 12).
- _____. "Nas asas das estatísticas rumo à fronteira". IN: Encontro sobre a urbanização na fronteira, maio, 1987, Rio de Janeiro, PUR/UFRJ, 1987.
- MUSUMECI, Leonarda. O mito da terra liberta; colonização "espontânea"; campesinato e padronagem na Amazonia Ocidental. Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, 1985, 2v. (Tese de Mestrado).

- OZORIO DE ALMEIDA, Anna Luiza. Parceria e endividamento no nordeste brasileiro. Rio de Janeiro: EIAP/FGV, Trabalho apresentado no Ciclo de Seminários sobre Desenvolvimento, Planejamento e Políticas Agrícolas, 15 - 19 agosto, 1977.
- _____. Migrações internas e pequena produção agrícola na Amazônia: uma análise de política de colonização do INCRA. Vols. I a VI, Rio de Janeiro: IPEA/INCRA, 1981 - 1984, n.p.
- _____. "From Peasant to proletarian capitalist development and agrarian transitions: resenha bibliográfica". Pesquisa e Planejamento Econômico 12(3): 953 - 62, dez., 1982.
- _____. A Dinâmica econômica da fronteira brasileira. Rio de Janeiro: FEA/UFRJ, 1987, Tese submetida ao Departamento de Economia para o concurso para a posição de Professor Titular.
- SAWYER, D. A fronteira inacabada: industrialização da agricultura brasileira e debilitação da fronteira amazônica. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1983, mimeo.
- SYLOS, LABINI P. Oligopólio e o progresso técnico. São Paulo, Forense, 1980.
- THORNER D. & THORNER A. Land and labor in India. New York: Ásia Publishing House, 1962.

PUBLICAÇÕES DO IEI EM 1987

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

	Nº de páginas
107. <u>PROCHNIK, Victor. O macrocomplexo da construção civil. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão, 107)</u>	143
108. <u>TAVARES, Ricardo A.W., Aritmética política ou natural? (Demografia: Fuça em quatro movimentos). IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão, 108)</u>	26
109. <u>TAUILE, José Ricardo e OLIVEIRA, Carlos Eduardo Melo de. Difusão de automação no Brasil e os efeitos sobre o emprego. Uma resenha da literatura nacional. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão, 109)</u>	47
110. <u>SILVEIRA, Caio César L. Prates de. Plano Cruzado : A dramática reversão de expectativas. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão, 110)</u>	30
111. <u>TAUILE, José Ricardo. Automação e Competitividade: uma avaliação das tendências no Brasil. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão, 111)</u>	150
112. <u>ALMEIDA, Júlio Gomes de e ORTEGA, José Antonio. Financiamento e desempenho financeiro das empresas industriais no Brasil. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão, 112)</u>	119
113. <u>PROCHNIK, Victor. Estrutura e dinâmica dos complexos industriais na economia brasileira. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão, 113)</u>	51
114. <u>FONSECA, Manuel Alcino da. Uma análise das relações estruturais da economia brasileira. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão, 114)</u>	25
115. <u>JAGUARIBE, Anna Maria. A política tecnológica e sua articulação com a política econômica. Elementos para uma análise da ação do estado. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão, 115)</u>	76
116. <u>SOUZA, Isabel R.O. Gómez de. Referencial teórico para a análise da política social. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão, 116)</u>	28
117. <u>FIORI, Jorge e RAMIREZ, Ronaldo. Notes for a comparative research on self-help housing policies in Latin America. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão 117)</u>	28
118. <u>BENETTI, Carlo. Valor, excedente e moeda. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão 118)</u>	19

	Nº de páginas		Nº de páginas
119. MOREIRA, Maurício Mesquita. <u>Progresso Técnico e Estrutura de mercado: a indústria internacional de telecomunicações</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão 119)	81	132. MEDEIROS, Carlos Aguiar de. <u>Os Impactos Sociais da Crise Econômica, Políticas Sociais e Transição Democrática</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão, 132).	78
120. LOPES, Fernando Reis; SERRANO, Franklin Leon Peres. <u>Marx e a Mercadoria Força de Trabalho</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão 120)	34	133. VIANNA, Cid Manso de Mello. <u>Política de Medicamentos versus Política de Produção de Fármacos</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão, 133).	17
121. FIGUEIREDO, José B.; TAVARES, Ricardo. <u>O Componente Demográfico no Desenho das Políticas de Desenvolvimento Urbano</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão 121)	35	134. MEDICI, André Cezar. <u>O Custeio da Política Social ao Nível Regional: Subsídios Para uma Estratégia de Descentralização</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão, 134)	51
122. CORIAT, Benjamin; SABOIA, João. <u>Régime d'accumulation et rapport salarial au Brésil - un processus de fordisation forcée et contrariée</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão 122)	52	135. CASTRO, Antonio Barros de, e SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. <u>O Saldo e a Dívida</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987 (Discussão, 135)	31
123. PROCHNIK, Victor. <u>A Contribuição da Universidade para o Desenvolvimento da Informática no Brasil</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão 123)	39	136. ERBER, Fábio S. <u>Política Industrial no Brasil - Um Quadro Analítico e Algumas Propostas</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987 (Discussão, 136)	24
124. FABRIANI, Camen Beatriz; PEREIRA, Vera Maria C.- <u>Tendências e Divergências Sobre o Modelo de Intervenção Pública no Saneamento Básico</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão 124)	45	137. OLIVEIRA, Isabel de Assis Ribeiro de. <u>Mulher em Dados</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987 (Discussão, 137)	70
125. TOLOSA, Hamilton C. <u>Condicionantes Econômicas e Opções da Política Urbana no Brasil</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão 125)	34	138. PERIMAN, Janice E. <u>Mega-Strategies for Mega-Cities. A Project to accelerate the generation of effective social and technological innovation</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987 (Discussão, 138)	49
126. SALM, Cláudio; SILVA, Luiz Carlos Eichenberg. <u>Industrialização e Integração do Mercado de Trabalho Brasileiro</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão 126)	51	139. AFONSO, José Roberto R. e DAIN, Sulamis. <u>O Setor Público e as Finanças Públicas na América Latina: o Caso do Brasil</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987 (Discussão, 139)	115
127. CARVALHO, Fernando J. Cardim de. <u>Keynes on probability and uncertainty</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão 127).	29	140. GIAMBIAGI, Fabio. <u>Paridades Cambiais, Dívida Externa e Ajustamento - Reflexões Sobre o Caso Brasileiro: 1983/86</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987 (Discussão 140)	32
128. LEITE, Antonio Dias. <u>Plano Cruzado - Esperança e Decepção</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão 128)	144	141. SALGADO, Lucia Helena. <u>Privatização: Mais um Passo do Capitalismo</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987 (Discussão, 141).	17
129. CARVALHO, Fernando J. Cardim de. <u>O Caminho da Revolução: O Treatise on Money na Revolução Keynesiana</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão 129).	24	142. PERIMAN, Janice E. <u>Megacities and Innovative Technologies</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987 (Discussão 142).	22
130. CARVALHO, Fernando J. Cardim de. <u>Keynes on the Instability of Capitalism and the Theory of Business Cycles</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão 130)	39	143. SABOIA, João. <u>Teoria da Regulação e "Rapport Salarial" no Brasil</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987 (Discussão, 143).	42
131. FIORI, José Luís; JAGUARIBE, Anna Maria. <u>Repensando o Papel do Estado no Desenvolvimento Brasileiro: uma Agenda de Estudos</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão, 131).	53	144. LIMA, Fernando Carlos G. de Cerqueira e GOMES, Maria Célia. <u>O Novo SFH: A Herança de Velhos Problemas</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987 (Discussão, 144)	31

- | | |
|---|--|
| <p>145. MAGALHÃES, Paulo; SILVEIRA, Caio Mécio L.P. da; MAGALHÃES, Maria Alice E.; FIORI, Jorge. <u>Habitação Popular e Negociação Política</u>. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987 (Discussão 145)</p> <p>146. SILVEIRA, Caio Marcio L.P. da; MAGALHÃES, Paulo; MAGALHÃES, Maria Alice E. <u>A Noção de Participação em Políticas Públicas: Programas Habitacionais Alternativos</u>. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987 (Discussão 146)</p> <p>147. ALMEIDA, Anna Luiza Ozorio de. <u>O Braço Comprido do Capitalismo: Os Comerciantes da Fronteira Agrícola Brasileira</u>. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987 (Discussão 147)</p> <p>148. ALMEIDA, Anna Luiza Ozorio de. <u>O Custo da Fronteira</u>. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987 (Discussão 148)</p> <p>149. ALMEIDA, Anna Luiza Ozorio de. <u>Os Comerciantes da Fronteira</u>. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987 (Discussão 149)</p> | <p>Nº de páginas</p> <p>48</p> <p>40</p> <p>43</p> <p>32</p> <p>27</p> |
|---|--|

S
UFRJ/IEI
TD147

ALMEIDA, ANNA LUIZA OZORIO DE.

044105-8
FEA

BRACO COMPRIDO DO CAPITALISMO :
OS COMERCIANTES DA FRENTEIRA
AGRICOLA BRASILEIRA.

u6 98465

ESTE LIVRO SO
ATE NAO
SER CONSIDERADO NA BIBLIOTECA